



# 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

---

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-Eixo: Ênfase em Formação Profissional.

## EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E ENSINO SUPERIOR: DESAFIOS ATUAIS PARA O SERVIÇO SOCIAL

Rosane Durval da Silva<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo central analisar o cenário educacional brasileiro e as constantes perdas educacionais nos últimos anos. Analisa-se a propensão à privatização do setor educação no país, bem como o processo de privatização do ensino no Serviço Social e as implicações e desafios para a formação e o fazer profissional do assistente social.

**Palavras-Chave:** Formação. Serviço Social. Privatização da Educação.

**Abstract:** This article aims to analyze the Brazilian educational scenario and the constant educational losses in recent years. It analyzes the propensity for the privatization of the education sector in the country, as well as the process of privatization of teaching in Social Work and the implications and challenges for the training and professional work of the social worker.

**Keywords:** Training. Social Service. Privatization of Education.

### Introdução

A perseguição à universidade tem demarcado o projeto político de educação que se pretende instaurar no país. Difundiu-se a ideia de guerra às universidades, aos professores e a toda crítica realizada sobre a conjuntura brasileira. A disseminação de inverdades busca combater a ciência pesquisada e comprovada. Vive-se a criminalização da universidade, a criminalização do saber, enquanto ressalta-se o conhecimento puramente subjetivo, a defesa do obscurantismo e a inquisição do saber.

A atualidade expressa um contexto desfavorável para a educação. No caso específico da formação em Serviço Social a realidade desfavorável à formação começou nas últimas duas décadas, quando o curso passou por um processo de crescimento acelerado, principalmente através do setor privado. No setor público cursos foram constituídos, mas em uma proporção muito menor.

### 1 Formação em Serviço Social e as mudanças no sistema educacional na atualidade

A expansão do ensino superior se deu a partir da relação público/privado, da qual se acentuou o crescimento do empresariado da educação, potencializado por uma política

---

<sup>1</sup> Professor com formação em Serviço Social, FAPSS – SCS, E-mail: rosane124@hotmail.com.

neoliberal de redução do espaço público e aumento do espaço privado. A partir disso, grandes monopólios educacionais se constituíram no país e instituíram a agenda pautada na rentabilidade do mercado de educação.

Lima e Pereira (2009, p.43) apontavam que em 2009 existiam 210 cursos de Serviço Social no país, sendo 191 cursos privadas e 19 cursos públicos. Os percentuais registrados por Lima e Pereira (2009) indicavam que os cursos privados representavam 91% e os cursos públicos representavam 9% do total. As autoras descreviam a preocupação com um crescimento massivo na profissão principalmente a partir dos anos 2000.

O atual Censo do Ensino Superior realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP (2017), indicam que no ano de 2017 os números já haviam crescido de forma intensa em relação a 2009. Em 2017 foram registrados 451 cursos, sendo 379 cursos privados e 72 cursos públicos. Em percentuais os cursos privados representam hoje 84%, e os cursos públicos representam 16%<sup>2</sup>.

Os atuais percentuais necessitam ser compreendidos a partir da consolidação do Ensino à Distância - EaD, que dominou o espaço de formação no âmbito do Serviço Social, desde 2007, quando a modalidade se inicia na profissão. A partir de então, alguns cursos presenciais passaram a ser ministrados via ensino à distância. Hoje os cursos EaD formam mais profissionais por ano do que os cursos presenciais.

Segundo o Censo do Ensino Superior - INEP (2017) se formaram em Serviço Social 27.971 alunos no ano, dos quais 15.516 se formaram na modalidade EaD, e os 12.455 restantes se formaram em cursos presenciais<sup>3</sup>.

Ainda segundo os dados disponibilizados, dos 451 cursos ofertados no país, 347 são cursos privados presenciais, 71<sup>4</sup> são cursos públicos presenciais e 33 são cursos ministrados na modalidade EaD. Os 33 cursos na modalidade EaD foram responsáveis por formar 15.516 alunos. Os 347 cursos presenciais privados e públicos formaram apenas 12.455 alunos. Os dados sugerem a seguinte reflexão: qual é o compromisso educacional dessas 33 instituições de EaD que formam mais profissionais que as 347 IES presenciais por ano?

---

<sup>2</sup> Importante considerar o percentual de cursos públicos durante os demais períodos da história da profissão no país. Segundo Abreu e Lopes (2007, p.11) os dados do censo INEP/MEC, indicavam que em 1994 existiam 72 cursos apenas, sendo 34% no setor público, e 47% no setor privado. Em 2006 existiam 217 cursos, dos quais 20% encontravam-se no setor público e 80% no setor privado. Se comparados apenas os dados trazidos no limite deste artigo é possível observar que os percentuais de cursos no ensino público variam: em 1994 representavam 34%, em 2006 representavam 20%, em 2009 representavam 9% e em 2017 o percentual é de 16%. Mesmo com o aumento nos últimos anos o valor não está próximo do percentual de 1994 (34%), início do processo de expansão dos cursos em Serviço Social.

<sup>3</sup> Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em 30 abril 2019.

<sup>4</sup> Destaca-se que ao todo são 72 cursos públicos de graduação em Serviço Social, sendo 71 presenciais e 1 à distância segundo o Censo do Ensino Superior - INEP (2017).

Os profissionais formados na atualidade de forma majoritária advêm do EaD. Para Guerra (2010, p. 728) essa modalidade de ensino não se destaca pela utilização de novas tecnologias, “mas pelo uso de material sucateado e de má qualidade”.

Importante destacar que o processo de precarização da formação não ocorre apenas em decorrência do EaD, mas a presente modalidade vem contribuindo para a formação de um perfil profissional que não vivencia a realidade universitária e todo processo de socialização e produção do conhecimento obtidos a partir da interação de professores/alunos e alunos/professores.

O ensino presencial, por sua vez, no âmbito do Serviço Social vem sendo ofertado de forma majoritária pelas IES privadas que vêm operando reformas curriculares, com diminuição de carga horária dos cursos e redução de salários de professores.

O tripé de formação composto por ensino, pesquisa e extensão, também tem sido alvo de ataques no âmbito da formação no ensino presencial. Pois as reduções de verbas e cortes incidem sobretudo, na pesquisa.

Segundo Lima e Pereira (2009, p.40) nos últimos anos houve um processo educacional no país que se caracterizou pelo fortalecimento do empresariado da educação; pela implantação das parcerias público-privadas; pela operacionalização dos contratos de gestão e pela garantia da coesão social em torno das reformas estruturais em consonância com as políticas dos organismos internacionais do capital.

Para Lima e Pereira (2009, p.40) se configurou a “nova pedagogia da hegemonia” que se expressa pela “conformação do homem coletivo requerido pelo projeto neoliberal de sociabilidade”. O projeto político de educação superior, constituído a partir da contrarreforma da educação possui a função de formar intelectuais difusores da sociabilidade conformista, a lógica atual capitalista, sendo o Serviço Social um desses cursos. Os empresários da educação irão direcionar principalmente seus investimentos em cursos das humanas e ciências sociais aplicadas devido aos baixos custos e alta lucratividade.

A criação de novos cursos no âmbito do Serviço Social proporcionou novos campos de expansão ao capital e respondeu à necessidade de formação de intelectuais “difusores de uma sociabilidade conformista e colaboracionista” Lima e Pereira (2009, p.40)

De acordo com Abreu e Lopes (2007, p.15) a contrarreforma do Estado a partir do ideário neoliberal atingiu de maneira mais intensa a Previdência Social, no que tange a Política de Seguridade Social no país. Houve um fortalecimento de um eixo da Seguridade Social, via Política de Assistência Social que cresceu como espaço do exercício profissional – especialmente a partir de meados dos anos 2000 – e por outro lado diminuiu e foi

“ameaçado” o campo de atuação da profissão na Previdência Social<sup>5</sup>. O enfrentamento da desigualdade social centrado na perspectiva da Assistência Social poderia “obstruir” o fato fundamental na sociedade capitalista, que é o direito ao trabalho.

A análise de Abreu e Lopes (2007) evidencia uma preocupação com a centralidade do debate profissional, embasado no Projeto Ético-Político Profissional, que busca uma análise crítica do sistema capitalista e a superação de suas formas de exploração. Isso direciona a discussão primeiramente para a formação e depois para o exercício profissional.

A relação entre o crescimento dos cursos de Serviço Social e a expansão da Política de Assistência Social corresponde a interesses diversos, que por um lado ampliaram os direitos sociais e o reconhecimento da Assistência Social enquanto política social e conseqüentemente enquanto espaço de atuação profissional. Mas, por outro lado se constituiu uma lógica centrada e focalizada em determinados segmentos populacionais via assistencialismo.

Historicamente o Serviço Social vem sendo convocado a participar da “sociabilidade conformista e colaboracionista”, por meio de práticas controladoras. No decorrer da história da profissão no país, foi possível um avanço no sentido de se negar tais práticas controladoras e conservadoras. Esse movimento possibilitou um avanço nos espaços formativos da profissão, entretanto, na atualidade, a formação foi conduzida na direção de um projeto político de classe centrado em práticas imediatistas, que buscam respostas pragmáticas às necessidades do capital.

No contexto do avanço das políticas neoliberais, a universidade não é mais reconhecida como instituição social e passa a ser reconhecida como organização social, conforme diz Chauí (1999). Como qualquer outra organização, passa a operar pela lógica da rentabilidade. Reduzir custos, significar cortar gastos com pesquisa e extensão. O ensino passa a ser sustentado exclusivamente pelo ensino direto do professor em sala de aula, quando presencial.

Outros fatores educacionais irão contribuir para fragilizar o processo formativo no âmbito do Serviço Social, como a própria fragilidade da educação de base no país. Os dados demonstram que o acesso dos alunos ao curso de Serviço Social se dá via IES privadas e não públicas<sup>6</sup>, que operam com fortes critérios para entrada de novos alunos.

Em 2016 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9.394/1996 – sofreu alterações por meio da Medida Provisória – MP, nº 746/2016, que promoveu alterações na

---

<sup>5</sup> A análise das autoras foi realizada em 2007. Dez anos depois em 2017 o Governo Temer apresentou uma minuta que tratava do novo Regimento Interno do INSS, na qual propunha a extinção do Serviço Social no âmbito da estrutura organizacional da autarquia.

<sup>6</sup> Do total de 27.971 alunos formados em 2017 no curso de Serviço Social, apenas 2.753 se formaram no ensino público, enquanto 25.218 alunos se formaram no ensino privado. Censo do Ensino Superior - INEP (2017)

estrutura do ensino médio, e permitiu que os conteúdos do ensino médio sejam aproveitados no ensino superior, dentre outras alterações.

Uma das propostas que se põe a partir da alteração na LDB é a tentativa de se garantir que as universidades privadas sejam responsáveis por ofertarem a trajetória de profissionalização de um ano e meio prevista na MP. As IES irão fazer essa oferta garantindo os créditos para o ensino superior, segundo Cara (2017).

A reforma empreendida no ensino médio busca abrir um novo nicho de mercado para as IES privadas. As novas medidas econômicas adotadas no país desde o *impeachment* de 2016, não são mais compatíveis com os incentivos econômicos e fiscais que as IES particulares receberam durante os governos Lula e Dilma, através do Programa Universidade para todos - PROUNI e do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES, ou mesmo do Programa de Apoio a Planos de Restruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI.

A Emenda Constitucional de nº 95/2016 que limitou os gastos sociais por 20 anos é o argumento necessário para os cortes destinados ao PROUNI e ao FIES. As IES privadas que hoje representam monopólios educacionais como a Kroton Educacional e o Grupo Estácio<sup>7</sup>, já olham para o ensino médio como o próximo passo no processo de privatização da educação.

No primeiro trimestre deste ano, o Ministério da Educação – MEC passou por sucessivas alterações de cunho técnico e ideológico. Atualmente o governo insiste no ensino domiciliar como uma modalidade de educação. A medida consta nas 35 metas prioritárias dos 100 primeiros dias do governo Bolsonaro<sup>8</sup>. A medida não está sendo construída pelo MEC e sim pelo Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, que até a presente data não detalhou como seria a proposta de educação domiciliar.

Segundo o site da Revista Carta Capital<sup>9</sup> em 2018 o Supremo Tribunal de Federal – STF, não reconheceu essa modalidade de ensino, pois a Constituição Federal de 1988 apenas prevê as modalidades públicas e privadas como obrigatórias.

---

<sup>7</sup> Representam os dois maiores grupos educacionais do país. Em 2016 a Kroton Educacional tentou comprar o Grupo Estácio, entretanto o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) reprovou a fusão alegando que as propostas apresentadas pelas empresas não resolveriam os potenciais impactos concorrencias identificados durante a análise da operação.

Em entrevista ao site do Economia Uol, o presidente do Grupo Estácio, Pedro Thompson disse estar “preparando terreno para começar a consolidar novas universidades em todo Brasil em médio prazo”. O presidente afirmou que o grupo é o segundo maior do país, e um dos cinco maiores do mundo. A intenção do Grupo Estácio é “melhorar a gestão e melhorar ainda mais a lucratividade”. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/bloomberg/2018/02/23/estacio-pretende-ir-as-compras-apos-fracasso-da-fusao-com-kroton.htm>. Acesso em 30 abril 2019.

<sup>8</sup> No dia 11 de abril o presidente Jair Bolsonaro assinou o Projeto de Lei que pretende regulamentar o ensino domiciliar, entretanto não publicou detalhes sobre o Projeto de Lei até a presente data.

<sup>9</sup> Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/o-ensino-domiciliar-e-um-apelo-da-familia-brasileira-diz-damares/>. Acesso em 30 abril 2019.

Discute-se quais são os objetivos de tal projeto estar vinculado ao Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos. Os motivos podem passar por uma crítica ao método utilizado nas escolas públicas; a diversidade religiosa presente nos ambientes escolares e até mesmo ao que se refere ao pagamento do ensino público por meio de impostos e a não utilização do mesmo.

Segundo Peixoto (2018)<sup>10</sup>, o atual governo defende a educação fundamental à distância. A Base Nacional Comum Curricular – BNCC do Ensino Médio (aprovada em novembro de 2018), prevê a possibilidade de 30% da carga total do ensino ser à distância. Na atualidade busca-se obter os recursos do ensino básico através dos setores privatistas que esperam aumentar seus lucros ao ofertarem modelos de gestão privada para o setor público, plataformas on-line e material didático. Outra proposta é a distribuição de vouchers do setor público para a educação fundamental e média se tornarem privada.

Neste ano foi criada a Secretaria de Alfabetização do MEC, secretariada por Carlos Nadalim. Para Annunziato & Trigueiros (2019) Nadalim não é um pesquisador na área e não participou dos debates sobre educação que influenciaram a gestão pública. É conhecido por ser um combatente do pensamento de Paulo Freire e por defender o método fônico de educação, além de agradar os entusiastas do ensino domiciliar<sup>11</sup>.

Evidencia-se uma fase na educação na qual a proposta de expansão do setor privado sobre o público ganha valiosa força de distintas áreas estratégicas do poder. A ideia de educação não é o objetivo central do projeto político por trás do MEC, o que se vivencia é a explicitação de que a educação não é um campo de formação, mas o espaço para aumentar os lucros dos grandes monopólios educacionais. Foi através desse caminho de privatização do ensino superior, que essas empresas se constituíram monopólios.

A ideia vendida nos últimos anos, através do marketing empreendido por esses monopólios educacionais, levou parte das pessoas que podiam pagar por uma faculdade, a ideia de crescimento econômico imediato, via acesso ao ensino superior.

Sendo assim, a expansão ao ensino superior se deu por vias frágeis, que possibilitaram a entrada de grupos sociais antes não vistos na universidade, o que evidentemente é algo positivo, mas o acesso não possibilitou um ensino de qualidade para muitos.

---

<sup>10</sup> Peixoto (2018) sinaliza que existem relações de parentesco no atual governo que podem ser danosas para a educação. A vice-presidente da Associação Nacional das Universidades Privadas – ANUP, Elizabeth Guedes, chamou atenção nos últimos meses por dois motivos, primeiro por ser irmã do atual Ministro da Economia Paulo Guedes e segundo por apoiar publicamente a transferência das universidades da responsabilidade do MEC para o Ministério da Ciência e Tecnologia. Disponível em: <http://www.cartaeducacao.com.br/artigo/o-parentesco-desastroso-para-a-educacao/>. Acesso em 30 abril 2019.

<sup>11</sup> O secretário Nadalim disponibiliza na internet seu curso on-line pago, intitulado: “As cinco etapas para educar seu filho em casa – Guia Definitivo”.

A entrada de alunos com frágeis bases educacionais não foi trabalhada pelo ensino superior, em especial o ensino privado, nem por suas instâncias superiores. Cada aluno representava um valor, e trabalhar as fragilidades não era o alvo, pois a reprovação quando ocorria representava também mais valor a ser recebido. Em um segundo momento, a reprovação representava uma ameaça a permanência do trabalhador/aluno/pagante que com muitas dificuldades se mantinha no curso até a conclusão.

O que se vivenciou no espaço privado foi a inserção do aluno que paga seu curso, sua diplomação, portanto, passível de reclamação. E reclamação, sobretudo, contra o professor que não deve reprová-lo. O ciclo que o aluno vivenciou no ensino básico e fundamental sem ser reprovado (em alguns casos) e sem ser notado, se repetiu no ensino superior privado.

Dessa forma, caracteriza-se a fragilidade da educação, e não apenas a fragilidade do ensino superior. De forma geral, o debate sobre a qualidade e desenvolvimento da educação ainda se encontram voltados para o ensino superior. Talvez a herança escravocrata brasileira tenha direcionado este debate para o ensino superior apenas. Para as massas o importante é permitir apenas o letramento e no máximo o direcionamento de cursos técnicos que respondam evidentemente às tendências mercadológicas.

Segundo dados do IPEA<sup>12</sup> o total de jovens com nível superior em funções incompatíveis com sua escolaridade subiu, chegando a 44,2% em dezembro de 2018. O estudo destaca que em tempos de crise as pessoas mais escolarizadas aceitam postos de menor qualificação por medo do desemprego. Entretanto, outro ponto a ser analisado é a qualidade da formação obtida. No decorrer do processo formativo de nível superior é possível observar que a formação acadêmica funciona como um complemento ao ensino médio, dada a defasagem educacional de parte dos alunos que ingressam no ensino superior privado.<sup>13</sup>

## **2 Fragilidade formativa e hegemonia em xeque?**

Marcelo Braz publicou na Revista Inscrita (2007) um texto de suma importância para a reflexão sobre a hegemonia do Projeto Ético-Político Profissional. À época o autor já sinalizava, ou melhor, alertava para a alteração do perfil profissional que se gestava, tanto

---

<sup>12</sup> Disponível em:

[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=34487:quase-metade-dos-jovens-ocupados-com-nivel-superior-esta-em-postos-de-trabalho-de-menor-qualificacao&catid=3:dimac&directory=1](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34487:quase-metade-dos-jovens-ocupados-com-nivel-superior-esta-em-postos-de-trabalho-de-menor-qualificacao&catid=3:dimac&directory=1). Acesso em: 30 abril 2019.

<sup>13</sup> O foco desta análise incide sobre o ensino superior privado, devido à experiência como professora de pesquisa, orientadora de TCC e membra do Núcleo Docente Estruturante - NDE de uma IES privada e isolada nos últimos anos, que vem tentando sobreviver com um ensino sintonizado com as Diretrizes Curriculares da ABEPSS, e a qualidade do ensino presencial.

do ponto de vista quantitativo, como qualitativo. Em 2007, segundo o autor, havia no país cerca 74.500 profissionais, e os dados recentes do Conselho Federal de Serviço Social - CFESS demonstram que há na atualidade pouco mais de 180.000 profissionais<sup>14</sup>.

Segundo Braz (2007) a quantidade de profissionais iria dobrar em um curto espaço de tempo, devido ao processo de massificação dos cursos privados de Serviço Social. Essa alteração quantitativa tinha como objetivo atender as necessidades do mercado educacional, especialmente a partir de 2005 com a aprovação da lei que permitia o ensino à distância.

Do ponto de vista qualitativo, a preocupação incidia sobre a perda da qualidade formativa que contribuía para a desvalorização da profissão. A desvalorização da profissão por sua vez pressionava para baixo os salários. A formação desqualificada e despolitizada tendia a dificultar a formação de novos quadros teóricos e políticos comprometidos com o projeto profissional.

Assim o projeto profissional que vivenciava naquela conjuntura história ameaças e riscos reais dado ao contexto de expansão das políticas neoliberais, e rebatimentos no trabalho do assistente social com “redução/degradação” dos serviços públicos, e possível “aviltamento das condições de trabalho dos assistentes sociais” (BRAZ, 2007, p. 6) tornou-se uma realidade efetiva na atual conjunta com os ataques impostos às políticas sociais.

Na atualidade os cortes constantes nos orçamentos públicos destinados às políticas sociais, impõem uma rotina de instabilidade e medo a uma parte da categoria que ainda se encontra empregada, ou subempregada nos serviços conveniados com o poder público. Os assistentes sociais empregados, na esfera estatal, contam ainda com a estabilidade do funcionalismo público, entretanto, as condições de trabalho também são fortemente impactadas pela atual política econômica desenvolvida nos últimos anos no Brasil, de sucessivos cortes e privatização das políticas públicas.

Além disso, o aumento expressivo da quantidade de assistentes sociais impôs nos últimos anos uma realidade de precarização e flexibilização das relações de trabalho à categoria profissional, antes mesmo da aprovação da Reforma Trabalhista em 2017. A reforma veio de encontro a uma realidade já conhecida pela categoria, a das contratações com prazos determinados e terceirizações.

Braz (2007) sinalizava que em meio a degradação das condições de trabalho da categoria, surgiam e ganhavam forças segmentos corporativistas, que buscavam dar respostas imediatas e fragmentas às demandas profissionais que se apresentavam precarizadas.

---

<sup>14</sup> Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/perguntas-frequentes>. Acesso em 30 abril de 2019.

Todos esses elementos expressavam riscos reais ao projeto profissional naquele momento histórico. Na atualidade os apontamentos descritos pelo autor se materializaram e ganharam corpo, impondo ao Serviço Social um levante do discurso conservador e uma recusa ideológica as teorias críticas utilizadas pela profissão.

As tensões atuais têm impulsionado debates que carecem de fundamentação teórica para uma análise mais totalizante sobre a conjuntura que se vivencia no Brasil e no mundo.

O aumento do desemprego, os cortes nos recursos destinados às políticas sociais, a flexibilização das relações de trabalho, somadas aos subempregos e superexploração do trabalho têm contribuído para reflexões que buscam culpados para o processo acentuado de desemprego na categoria profissional. Dessa forma, alguns grupos e indivíduos tendem a culpabilizar as organizações dirigentes da profissão por tal situação, sem a compreensão das atribuições e prerrogativas dessas organizações, relacionando as complexas problemáticas vividas pela categoria à ausência de sindicatos de assistentes sociais de forma imediata.

A materialização do projeto profissional se dá mediante condições objetivas. Os princípios, valores e demais aspectos do projeto somente ganham forma através do processo de formação e através do exercício profissional.

A formação ocorre a partir dos elementos já mencionados nesta análise. A determinação de uma formação puramente pragmática tem contribuído para a fragilização do projeto profissional comprometido com a qualidade dos serviços prestados à população e principalmente no que se refere ao posicionamento político a favor da classe trabalhadora. Uma vez que na atualidade há um forte combate a qualquer expressão crítica à sociedade capitalista. Falar em classes e disputa de classes é terreno politicamente proibido em alguns espaços.

Observa-se um contexto que incide sobre os dois pilares que dão materialidade ao projeto profissional, por um lado, ataca-se a formação, via precarização e banalização da formação, com ofertas cada vez mais precarizadas e desconectadas do projeto profissional, e por outro lado evidencia-se o ataque direto às condições de trabalho dos assistentes sociais.

Destaca-se que o trabalho docente, especialmente o trabalho do professor nas IES privadas também sofrerá os mesmos impactos do trabalho do assistente social. As demandas excessivas, os cortes de salário, o assédio moral institucional e as perdas trabalhistas são fatores vivenciados pela categoria profissional nos seus distintos espaços sócio ocupacionais.

## **Considerações Finais**

Diante das dificuldades analisadas cabe a categoria profissional retomar o movimento que impulsionou seu processo de renovação no Brasil, através da recusa ao conservadorismo e do posicionamento a favor da classe trabalhadora. Pois os avanços teóricos obtidos a partir do amadurecimento da profissão, foram fundamentais para a elaboração do projeto profissional.

A consolidação da pesquisa e o reconhecimento da profissão enquanto espaço de construção de conhecimento foram igualmente fundamentais para se pensar o perfil profissional que se pretendia formar no país.

Esses avanços contribuíram para que o Serviço Social brasileiro construísse um projeto profissional com identidade e direcionamento político, a partir do processo de reconceituação da profissão no continente.

Com isso é possível compreender que apesar do contexto desfavorável, na atualidade a profissão conta com algo que não possuía durante o movimento de reconceituação: o Projeto Ético-Político Profissional. Apesar do cenário carregado de adversidades, na atualidade há uma identidade construída e um direcionamento político claro, o que direciona parte da categoria a um fazer comprometido e qualificado mesmo em condições adversas.

Apresenta-se a categoria o desafio de construir outros meios para a qualificação profissional, além da reivindicação ao direito de uma formação de qualidade. A dimensão pedagógica presente no fazer profissional, indica a necessidade de uma construção teórico/prática que considera a educação como um dos meios para o fortalecimento da classe trabalhadora.

Grande parte da categoria profissional formada nos últimos anos, conquistou seu diploma via instituições privadas de ensino, a partir das lógicas mercadológicas já descritas, entretanto, algo importante a ser pensado é que grande parte desses profissionais de forma precarizada ou não tiveram acesso ao processo de construção do profissional no país.

Evidenciam-se aspectos positivos e negativos do processo formativo nos últimos anos, que por um lado, contribuíram para que o projeto profissional fosse negativamente impactado, e por outro lado, possibilitaram que o projeto profissional fosse socializado, compartilhado e também incorporado por novos alunos e profissionais.

## REFERÊNCIAS

ABREU, M.M. & LOPES, J.B. **Formação profissional e diretrizes curriculares.** Revista Inscrita. Conselho Federal de Serviço Social. Ano VII, Nº X, p. 11-16, nov. 2007.

ANNUNCIATO, P. & TRIGUEIROS, M. **Quem é e o que pensa Carlos Nadalim, secretário de Alfabetização do MEC** - Ministério da Educação prepara texto que prioriza método fônico, defendido por ele. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/03/quem-e-e-o-que-pensa-carlos-nadalim-secretario-de-alfabetizacao-do-mec.shtml>. Acesso em 30 abril 2019.

BRASIL. **Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016**. Convertida na Lei nº 13.415, de 2017. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2015-2018/2016/Mpv/mpv746.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2016/Mpv/mpv746.htm). Acesso em: 30 abril 2019.

\_\_\_\_\_. **Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm). Acesso em: 30 abril 2019.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em 30 abril 2019.

BRAZ, M. **A hegemonia em xeque. O Projeto Ético-Político do Serviço Social e seus elementos constitutivos**. Revista Inscrita. Conselho Federal de Serviço Social. Ano VII, Nº X, p. 5-10, nov. 2007.

CARA, Daniel. **Reforma do Ensino Médio é um retorno piorado à década de 90. Entrevistada concedida à Carta Capital, por Renam Truffi**. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/reforma-do-ensino-medio-e-um-retorno-piorado-a-decada-de-1990>. Acesso em: 30 abril 2019.

CHAUÍ, M. **A universidade operacional**. Disponível em: <http://www2.unifap.br/borges/files/2011/02/A-Universidade-Operacional-Marilena-Chau%C3%AD.pdf>. Acesso em: 30 abril 2019.

GUERRA, Y. **A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância**. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n.104, p. 715-736, out/dez 2010.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA (IPEA). **Quase metade dos jovens ocupados com nível superior está em postos de trabalho de menor qualificação**. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=34487:quase-metade-dos-jovens-ocupados-com-nivel-superior-esta-em-postos-de-trabalho-de-menor-qualificacao&catid=3:dimac&directory=1](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34487:quase-metade-dos-jovens-ocupados-com-nivel-superior-esta-em-postos-de-trabalho-de-menor-qualificacao&catid=3:dimac&directory=1). Acesso em: 30 abril 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Sinopse Estatística da Educação Superior em 2017**. Brasília: Inep. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em 30 abril 2019.

LIMA, K.R.S. & PEREIRA, L. D. **Contra-reforma na Educação Superior Brasileira: impactos na formação profissional em Serviço Social**. Revista Sociedade em Debate, Pelotas, 15 (1), p.31-50, jan./jun. 2009.

PEIXOTO, M.G. **O parentesco desastroso para a educação**. Disponível em: <http://www.cartaeducacao.com.br/artigo/o-parentesco-desastroso-para-a-educacao/>. Acesso em 30 abril 2019.

PUTTI, A. **“O ensino domiciliar é um apelo da família brasileira”, diz Damares**. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/o-ensino-domiciliar-e-um-apelo-da-familia-brasileira-diz-damares/>. Acesso em 30 abril 2019.